



PAUTA DE DEMANDAS 2012

O Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) foi criado em 2006 e, desde então, buscou ampliar e qualificar o diálogo e a apresentação de demandas ao Governo do Estado da Bahia e Governo Federal. Integram o FBAF as principais organizações, entidades e movimentos sociais representativos da agricultura familiar e reforma agrária, pescadores, povos e comunidades tradicionais do Estado da Bahia.

Estas organizações e movimentos sociais, historicamente pensam e experimentam soluções e tecnologias que tem se transformado em políticas públicas ao longo dos governos populares do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, principalmente. No entanto, estas ações não mudaram a condição de subalternidade e pobreza no campo. Estamos alertando que há um erro de concepção no modelo de desenvolvimento que regula estas ações e políticas de reparação.

Um exemplo gritante é a questão da seca, esta calamidade que poderia ter sido evitada e se repete, como a centenas de anos, maltratando o nosso povo, que, alheio às possíveis soluções, se entrega ao processo emergencial de receber água de carros pipa, de ver construções açodadas de barragens, sem o devido planejamento e ficam vulneráveis a interesses políticos escusos, praticados muito no passado, com os recursos públicos destinados a calamidades, catástrofes e fenômenos cíclicos da natureza.

No caso do Semiárido baiano, temos uma riqueza imensa no bioma Caatinga e Serrado que, com preservação, pesquisa e tecnologias adequadas poderia ser transformado em economia ecológica e vanguardista. Produtos cosméticos, fitoterápicos, forrageiros, artesanais, são exemplos conhecidos de alto potencial de valor agregado entre outros. Vivemos na ilusão de “progresso moderno”, que em verdade, nos miserabiliza e nos coloca na condição de excluídos, enquanto os países que investem em pesquisa e tecnologia se utilizam da nossa matéria prima em estado primário, para desenvolver produtos com alto valor agregado e estes são considerados modernos, arrojados, sofisticados e exóticos.

Precisamos romper este ciclo de miséria, que não é apenas uma miséria material. Não nos falta riquezas, vegetais, minerais, animal e humana, nos falta um espírito de amor a terra em que vivemos e isso se dá de alto a baixo na escala social. Extinguir de uma vez a indústria da seca deve ser uma marca deste governo, que foi construído historicamente de baixo para cima pelos movimentos sociais e os partidos associados. Não queremos ser números de votos, nem proveitos subalternos, somos neste governo pura fama. Somos lutadores do povo e queremos tratamento isonômico com as empresas do capital. Temos, no conjunto dos movimentos sociais, competência para desenvolver a Bahia de modo sustentável e digno, o que falta é união de forças e vontade política conjunta com os partidos aliados.

O processo de desenvolvimento do Estado da Bahia, historicamente marcado pela implementação de políticas centralizadoras, limitadas e cheias de equívocos, gerou um significativo estado de pobreza no meio rural e, por outro lado, uma grande concentração de investimentos e dos serviços públicos nos grandes municípios. O resultado dessas políticas, que desconsideraram a Bahia Rural, foi o crescimento danoso da monocultura, do desemprego, da pobreza e falta de perspectivas.

A Bahia é diversa e, ao mesmo tempo, essencialmente rural. Por isso, o FBAF vem apresentando demandas e estimulando reflexões sobre quais rumos se deve tomar para a concepção, gestão e implementação de políticas que busquem fomentar um desenvolvimento rural sustentável. Nossas demandas buscaram sempre a negociação e implementação de programas e projetos que possam resultar num efetivo fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária na Bahia.

Precisamos de mais vontade política, de estruturas de governo adequadas, liderança nas ações e, o mais importante, entusiasmo e compromisso pelo campo. O “Complexo da Agricultura Familiar” para funcionar, precisa de uma estrutura forte e ágil para organizar processos e coordenar ações. Esse deverá ser o papel da Secretaria da Agricultura Familiar, proposta hoje defendida por todos/as, desde parlamentares comprometidos, gestores do próprio governo, organizações e movimentos sociais de diferentes matizes, faltando, apenas, a decisão do Governador Jaques Wagner.

Uma marca do FBAF tem sido a busca pelo respeito à diversidade de representações existentes na Agricultura Familiar e Reforma Agrária e, ao longo dos anos, o Fórum

ampliou a sua capacidade de representação, conseguindo concentrar esforços, construir convergências e pautas. Esta Pauta de Demandas expressa isso.

Para que em 2014, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Agricultura Familiar, possamos constatar os resultados positivos e efetivos do nosso Governo, continuamos em 2012 apresentando DEMANDAS até então não atendidas pelo Governo Jaques Wagner e que exigem atenção e encaminhamentos concretos:

- 1.** Implantação imediata da Secretaria Estadual da Agricultura Familiar ou estrutura similar que de agilidade e capacidade de gestão das demandas da agricultura familiar no seu conjunto, com a ocupação dos cargos feito por lideranças e profissionais que conheçam e tenham efetivo compromisso com este segmento. A nossa proposição é que tenhamos uma estrutura governamental enxuta, sólida e com orçamento mais denso, com condições de promover maior articulação, integração e centralidade das políticas nas instâncias de governo;
- 2.** Efetivar decisão já tomada pelo Governador Jaques Wagner de considerar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) como o espaço de interlocução e monitoramento das políticas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e, para tanto, as Secretarias de Estado e Empresas Públicas devem estreitar relação com o Conselho, além da ampliação da estrutura de funcionamento;
- 3.** Fazer cumprir o reconhecimento dos Territórios de Identidade da Bahia como unidades de planejamento:
 - a. Executando a pactuação do PPA-P 2012 – 2015;
 - b. Publicação do Decreto SEPLAN/SERIN que institui as instancias de participação e controle social nas políticas públicas territoriais;
 - c. Retomada imediata do apoio financeiro aos Colegiados Territoriais;
 - d. Retomada do processo de homologação dos Colegiados Territoriais;
 - e. Criação de um programa estadual de estímulo a constituição e apoio ao funcionamento de Consórcios Públicos Territoriais.

- 4.** Ajustar o Orçamento 2012 do Governo do Estado da Bahia, ampliando os recursos disponíveis para os programas e projetos voltados para a agricultura familiar, reforma agrária, povos/populações tradicionais do campo e o desenvolvimento rural sustentável:
 - a. Habitação: 2.000 unidades
 - b. Assistência Técnica e Extensão Rural: 50 mil famílias
 - c. Implantação de Agroindústrias Familiares: 400 unidades
 - d. Apoio a Gestão de Agroindústrias Familiares: 160 Empreendimentos Econômicos Solidários

- 5.** Definição imediata sobre a estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão rural na perspectiva de universalização, fazendo cumprir o estabelecido na Lei Estadual de ATER;

- 6.** Implantação de Programa de Convivência com o Semiárido garantindo o processo de mobilização social e formação; retomada do programa de combate a desertificação, oferta de água para consumo humano, produção e usos emergenciais através das várias alternativas tecnológicas de convivência com o Semiárido promovendo a segurança alimentar, tudo em parceria do Governo do Estado com organizações da sociedade civil. Participação do FBAF na definição das demandas e controle social das ações emergenciais;

- 7.** Ampliação da Política Estadual de Habitação Rural, com recursos do Governo do Estado, para a construção de unidades habitacionais, visando sanar o déficit habitacional no meio rural;

- 8.** Implementação, pela Secretaria Estadual de Educação, de um novo e amplo modelo de educação para o campo, nos três níveis, baseado no respeito à identidade do meio rural, tendo a educação contextualizada e outras pedagogias como instrumentos de desenvolvimento das comunidades e dos pequenos municípios rurais. Para esta ação reivindicamos a criação de uma Superintendência de Educação do Campo na estrutura da SEC;

- 9.** Criação de um Programa Juventude Rural, com a transversalidade de temas de educação, cultura, para inclusão de 100 mil jovens em ações de geração de emprego e renda no meio rural e criação de programa específico para mulheres rurais destinado a apoiar grupos produtivos, beneficiando 50 mil mulheres em ações de geração de emprego e renda no meio rural;
- 10.** Dotar comunidades rurais/assentamentos de infra-estrutura adequada para o bem-estar da população e facilitar o escoamento da produção agrícola, com a recuperação/implantação de 50 mil Km de estradas e implantação de praças, teatros e quadras esportivas;
- 11.** Envio de Projeto de Lei de autarquização da CDA para Assembleia Legislativa, em tempo hábil, para aprovação em 2012. Fazer valer a Política Estadual de Terras, através da realização de ação discriminatória e arrecadação de terras públicas prioritárias definidas pelo CEDRS. Regularização Fundiária, com entrega dos 20.000 títulos e emissão de mais 15 mil títulos novos ainda em 2012;
- 12.** Ampliar recursos e ações para apoio organização da produção e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar;
- 13.** Ampliar o programa Pacto Pela Vida para o campo, em convergência com a proposta de desenvolvimento rural sustentável definido pela primeira conferencia estadual de desenvolvimento rural sustentável, como ação objetiva de minimização da violência e insegurança no meio rural.

No processo de negociação das demandas apresentadas será feito o detalhamento necessário dos pontos destacados neste documento.

Reafirmamos nosso compromisso e luta por um Brasil e uma Bahia Rural com gente e gente feliz!

Fórum Baiano da Agricultura Familiar